

35º Encontro Anual da Anpocs;
GT 36 – Trabalho, Ação Coletiva e Identidades Sociais;

Sindicalismo Docente e Poder Local: o SIMTED na cidade
de Dourados – MS

Marcos Ferraz

Sindicalismo Docente e Poder Local: o SIMTED na cidade de Dourados / MS

Marcos Ferraz¹

Introdução

Os trabalhos de Adam Przeworski (1989) sobre a social democracia e os de Francisco de Oliveira (1998) sobre o modo de produção social democrata, assim como outros trabalhos de diferentes autores, analisam uma mudança institucional da luta de classes que, ao longo da história, deixa de se desenvolver majoritariamente no chão da fábrica, para tomar a representação partidária e parlamentar como espaço de instalação da luta de classes no interior do Estado. Entretanto, condicionado, em grande medida, pelo debate europeu, em que a estrutura sindical se compõe por Centrais ou Sindicatos Nacionais, esta passagem foi constantemente analisada em termos de uma disputa ou um conflito no interior do Estado-Nação. O conflito no interior do Estado é interpretado, principalmente, pela disputa ao redor das legislações nacionais de relações trabalhistas, pela qual se garantiria a reprodução, tanto do capital, como do trabalho.

Ao se deter no caso brasileiro, esta perspectiva não é de todo descabida. Entretanto, a definição, no interior da Estrutura Sindical Brasileira, da base geográfica mínima dos sindicatos brasileiros como sendo municipal, levanta questões singulares e peculiares que devem ser devidamente debatidas e analisadas, de um ponto de vista sociológico. Os trabalhos recentes de Iram J. Rodrigues e José R. Ramalho (2007) sobre o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, por exemplo, refletem uma transposição da luta de classes para o interior do Estado, não apenas em relação ao Estado-Nação, mas também no interior dos entes federados sub-nacionais – quais sejam, as prefeituras da Região do ABC Paulista.

¹ Marcos Ferraz é Doutor em Sociologia e Professor-Adjunto da Universidade Federal da Grande Dourados. Para contato: ferrazmarcos@uol.com.br

É sob esta perspectiva que se faz pertinente o questionamento sociológico sobre as relações entre o sindicalismo brasileiro, de corte geográfico, majoritariamente, municipal e os poderes locais, eivados de todas as características que nossa sociologia clássica descreveu como o patrimonialismo, a cordialidade, o coronelismo, o compadrio, a impossibilidade da publicização do conflito, etc...

Ao nos debruçarmos sobre a realidade do SIMTED – Sindicato Municipal dos Trabalhadores em Educação de Dourados / Mato Grosso do Sul –, no interior da pesquisa *Ação Sindical Docente e Investimento em Educação: análise comparada de municípios nas Regiões da Grande Dourados–MS, Campo Grande–MS e Região Metropolitana de Curitiba–PR²*, encontramos uma realidade que se mostrou repleta de relações que não se explicavam, facilmente, pelo simples, ainda que altamente complexo, antagonismo de classe.

O movimento que deu origem ao SIMTED, após a constituição de 1988, com o direito à sindicalização dos servidores públicos, dentre os quais os docentes e demais trabalhadores da educação, remonta a fundação da ADP – Associação Douradense de Professores –, em 1978. Dois episódios históricos fundamentais, para a história nacional e sul-mato-grossense, estavam a se desenvolver naquele mesmo período que cercava a fundação da entidade docente de Dourados.

O primeiro deles é o grande ciclo de greves que se inicia pelos metalúrgicos do ABC e que rapidamente transborda para outros setores dos trabalhadores, atingindo, em cheio, os professores públicos em vários estados brasileiros. Estas greves estão na raiz da organização docente que deu origem a diversos sindicatos estaduais de professores, como a APEOESP em São Paulo, o CPERS-Sindicato no Rio Grande do Sul, a APP-Sindicato no Paraná, o SindUTE em Minas Gerais, entre outros. No Mato Grosso do Sul, nestes termos, não foi muito diferente. Uma forte mobilização trabalhista e grevista está na origem do SIMTED, assim como da ACP-Sindicato – Associação Campo-

² Tal pesquisa é realizada com financiamento do CNPq, sem o qual a mesma não seria possível.

Grandense de Professores / Sindicato – e da FETEMS – Federação dos Trabalhadores em Educação do Mato Grosso do Sul.

Entretanto, há outro fenômeno histórico – este de caráter regional – que coincide temporalmente com a fundação da ADP, futuro SIMTED. Este período é o mesmo da criação do próprio estado do Mato Grosso do Sul. O Mato Grosso do Sul foi criado como uma nova unidade da Federação a partir de Lei Federal, assinada pelo presidente Ernesto Geisel, em 11 de outubro de 1977, mas só começa a existir oficialmente, a partir de 01º de janeiro de 1979, com a posse do primeiro governador, Harry Amorim Costa.

A criação do estado reflete tanto o contexto de lutas políticas locais – o conflito entre as elites do norte e do sul do antigo Mato Grosso uno –, como o contexto nacional de crise do regime militar que percebia, na possibilidade da criação de novos estados, o fortalecimento de sua bancada nacional, tanto na Câmara dos Deputados, como no Senado. Assim, ainda que refletindo anseios locais, o Mato Grosso do Sul é criado em forte sintonia política com o regime ditatorial.

Neste ponto, o material empírico disponível, sobre a criação da Associação Douradense de Professores, nos apresenta paradoxos interessantes que só podem ser analisados a luz de uma reflexão sociológica capaz de compreender a ação de trabalhadores e de suas instituições representativas no fluxo do seu fazer-se cotidiano (THOMPSON, 1987). Faz-se necessário descartar qualquer ilusão redentora da classe trabalhadora e interpretá-la na sua historicidade concreta.

O primeiro paradoxo é a receptividade institucional com a qual a ADP é acolhida pela Câmara de Vereadores de Dourados. É evidente que, mesmo no período mais rigoroso da recente ditadura brasileira, um conjunto de atores políticos inspirados por ideais democráticos sobreviveu e conseguiu, em alguma medida, se opor ao regime, mesmo no interior da institucionalidade estatal. Assim, portanto, não se trata aqui apenas de olhar a filiação de sindicalistas ou vereadores de Dourados. Mas o curioso é que uma associação, inspirada pelo movimento grevista, e ela mesma, através de suas lideranças fundadoras,

promotora de um conjunto de greves no período, conseguiu promover tanto suas reuniões de organização, como sua assembléia de fundação nas instalações de um braço institucional do Estado: a Câmara de Vereadores da Cidade, com direito, inclusive, de pronunciamento do presidente da Câmara, felicitando a iniciativa dos professores.

Paralelamente, com não mais que um ano de vida institucional, a ADP, agora em atividade conjunta com outras associações municipais de professores do Mato Grosso do Sul (Campo Grande, Corumbá, Ponta Porã, Aquidauana), consegue influenciar, significativamente, os rumos das políticas educacionais do primeiro governo de Marcelo Miranda Soares (ARENA). Tal influência não tem muito paralelo, para este período (1979), nem mesmo em estados centrais, em que o movimento de professores podia ser até mais vistoso, em termos quantitativos.

Tais paradoxos só podem ser compreendidos se a sociologia brasileira for capaz de avançar sua reflexão, no sentido de ampliar suas análises além da simples contabilização dos movimentos grevistas, das taxas de sindicalização ou do desenrolar das demandas trabalhistas judiciais. Todas estas questões são indispensáveis para se analisar o movimento sindical brasileiro, mas são insuficientes. A estrutura sindical brasileira possibilita a representação de interesses que não são traduzíveis apenas em termos de greves ou taxas de filiação.

Diversos autores nacionais já perceberam tal questão e a diversidade da produção recente reflete tal percepção. Este trabalho procurou percorrer, também, este circuito. Ao analisar um material documental histórico, tanto da fundação da ADP, como da criação do estado do Mato Grosso do Sul, buscou-se compreender a complexa rede que conecta as ações de inspiração classistas (e pretensões universalistas) com os diversos poderes locais que estruturam a política de Dourados. Da mesma maneira, procurou-se reconhecer a forma como os conflitos, de base classista e trabalhista, penetram na estrutura dos entes federados sub-nacionais.

Assim, surge uma reflexão, que não é apenas um acúmulo de novas informações sobre a história do sindicalismo brasileiro, mas que procura, também, ser um desvelamento das conexões que condicionam estrutura e ação, indivíduo e sociedade, no interior de iniciativas políticas concretas dos docentes do sul do Mato Grosso do Sul.

O Mato Grosso do Sul

À frente apenas de Rondônia, Amapá, Roraima e Tocantins³, o Mato Grosso do Sul é um dos estados que mais tardiamente conquistou sua emancipação e autonomia administrativa. Parte do antigo Mato Grosso (uno), o Mato Grosso do Sul alcançou a condição de Estado da Federação com a Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977. Contudo, a instalação do primeiro governo autônomo do estado só se efetivou em 01º de janeiro de 1979, com a posse do primeiro governador, Harry Amorim Costa.

Ao menos três vetores condicionaram fortemente a fundação do novo estado⁴. O primeiro deles era o contexto de disputas políticas regionais que envolvia a elite agrária do antigo Mato Grosso uno. Tais disputas, apesar de antigas (já na década de 1930 ocorreu uma tentativa de fundação do estado de Maracaju), ganham força na medida em que o sul do estado ampliou o seu desenvolvimento econômico. A eleição de Pedro Pedrossian – que mais tarde, seria duas vezes governador do Mato Grosso do Sul - para governador do Mato Grosso, em 1965, é um dos indicativos do fortalecimento político do sul e do crescimento do conflito de interesses entre o sul e o norte do antigo estado unificado.

O segundo era o enfraquecimento do apoio político de que desfrutava o regime militar, principalmente, no sul e sudeste do país, em que tinha experimentado derrotas eleitorais em 1974. Assim, a lei complementar 31/1977,

³ A emancipação de Rondônia é de 1982, enquanto o Amapá, Roraima e Tocantins se emanciparam somente em 1988.

⁴ O debate sobre a fundação do estado de Mato Grosso do Sul, aqui, tem um exposição um tanto esquemática para atender apenas as necessidades do presente texto. A argumentação sobre os elementos conjunturais que possibilitaram a divisão do antigo Mato Grosso é devedora da leitura de BIASOTTO & TETILA, 1991 e FERREIRA, JR., 2003.

que criou o estado do Mato Grosso do Sul, atendendo interesses do sul do antigo Mato Grosso, é formulada no mesmo contexto político que deu origem ao Pacote de Abril, de 1977, que alterou a lei eleitoral, com o intuito de garantir maioria congressual ao presidente Ernesto Geisel. Com o novo estado, o regime militar, através da ARENA, garantiu mais três senadores aliados.

A estes interesses de ordem política regional e de ordem da manutenção da hegemonia política nacional, aliou-se o poder tecnocrático do regime, que via na fundação Mato Grosso do Sul, a possibilidade da organização de um Estado Modelo, sem os vícios patrimonialistas do tradicional poder público brasileiro. É neste sentido, que em um primeiro momento, é estruturado um quadro de técnicos e servidores do Mato Grosso do Sul, todo composto por empregados celetistas, tentando neutralizar qualquer influência política ou patrimonial sobre o funcionamento da máquina pública. Da aliança destes três setores – elite local do sul do Mato Grosso uno, principais lideranças políticas nacionais do regime militar e tecnocracia de Estado – nasceram as condições propícias para a fundação do novo estado.

No entanto, após a primeira eleição parlamentar, realizada em 1978, e a posse do primeiro governador – este nomeado pelo regime militar sem processo eleitoral – a aliança entre estes três setores não se sustentou por longo tempo. Harry Amorim Costa, que anteriormente a assumir o governo do estado, era diretor do Departamento Nacional de Obras de Saneamento, não foi bem recebido pela elite local. A proposta do estado modelo, tampouco, foi apreciada, visto que políticos tradicionais a perceberam como possibilidade de enfraquecimento de suas zonas de influência no interior da máquina pública. O resultado destes conflitos foi a queda de Harry Amorim Costa, antes de completar 6 meses a frente do Governo, em 13 de junho de 1979.

A queda de Amorim, contudo, não foi suficiente para acomodar e ou equilibrar as disputas políticas. Não havia, no momento, nenhuma fração da elite política local, capaz de exercer uma hegemonia política. É sob um pano de fundo de forte confronto entre setores de elite local, que Marcelo Miranda, político filiado a ARENA, assume o governo em 30 de junho de 1979. Miranda também não conseguiu congrega os diversos interesses em disputa e deixou o

governo, um ano e quatro meses depois, em 28 de outubro de 1980. Em seu lugar assumiu Pedro Pedrossian, ex-governador do Mato Grosso uno, que conduziu o estado até o fim do mandato, em 15 de março de 1983.

Percebe-se, portanto, que, entre janeiro de 1979 e março de 1983, o estado recém-criado teve três diferentes governadores, além do interino Londres Machado, que duas vezes assumiu o governo entre a queda de um governador e a escolha do seguinte, pelo regime militar. É este quadro, que Ferreira Jr. (2003) descreveu como um quadro de instabilidade política estadual e que neste texto sustentamos o argumento de que não havia uma hegemonia política no interior da elite sul-mato-grossense.

Mas para compreender as relações entre o processo de organização do sindicalismo docente no Mato Grosso do Sul e o poder local é preciso acrescentar outros elementos que caracterizaram a conjuntura no período que se seguiu a fundação do estado. A tentativa de se estabelecer um estado modelo, implementando o regime celetista para os servidores entre outras ações, não criou apenas instabilidade política, mas também instabilidade jurídica, na relação entre estado e professores (FERREIRA, JR, 2003; BIASOTTO & TETILA, 1991). Em pouco mais de 6 meses, os professores foram contratados temporários e estatutários do Mato Grosso uno; celetistas do Mato Grosso do Sul; e contratados temporários e estatutários do Mato Grosso do Sul.

Esta instabilidade jurídica não se encerrou, contudo, quando os servidores passaram a estatutários, já no governo de Marcelo Miranda. Tal passagem, entre os dois diferentes vínculos empregatícios, foi realizada sem concurso público. Aparentemente não haveria problemas se esta passagem só atingisse os ex-servidores do Mato Grosso uno. Entretanto, o ínterim celetista estendeu esta mudança para servidores que não faziam parte do quadro do serviço público do Mato Grosso uno. A consequência foi uma incerteza jurídica sobre os vínculos de trabalho de um conjunto de servidores, que gerou contestações judiciais.

Em oposição a este cenário de incertezas política e jurídica em nível estadual, corresponde uma relativa estabilidade política em nível municipal

(BIASOTTO & TETILA, 1991), visto que a constituição do novo estado não altera a correlação de força entre diferentes setores das elites municipais. Como veremos a frente, a união destas três características parece interferir diretamente na organização sindical docente do Mato Grosso do Sul. Assim, é didático recordarmos cada uma delas para encerrar este tópico: instabilidade jurídica na relação entre Estado e professores (FERREIRA, JR, 2003; BIASOTTO & TETILA, 1991); instabilidade política em nível estadual (FERREIRA, JR, 2003); e estabilidade política relativa, em nível municipal (BIASOTTO & TETILA, 1991).

O SIMTED

O SIMTED – Sindicato Municipal dos Trabalhadores em Educação de Dourados – foi fundado em 14 de março de 1989, pouco tempo após a conquista do direito à sindicalização dos servidores públicos, que se efetivou no texto constitucional de 1988. No entanto, sua fundação não se dá sobre um vazio organizativo e/ou burocrático. Assim como diversos outros sindicatos de servidores públicos, o SIMTED é organizado a partir de uma estrutura já existente, a ADP – Associação Douradense de Professores –, que havia sido fundada em 07 de maio de 1978.

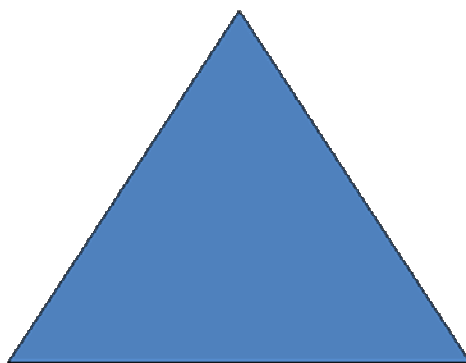
O SIMTED conta com 1.415 filiados⁵, entre professores e demais trabalhadores da educação da cidade de Dourados. Este número inclui profissionais, tanto da Rede Municipal de Ensino de Dourados, como da Rede Estadual de Ensino do Mato Grosso do Sul, que trabalham nas escolas estaduais instaladas na cidade de Dourados. Esta característica de representar, em um sindicato municipal, trabalhadores de rede municipal e estadual é própria do Mato Grosso do Sul, que não possui um sindicato estadual de trabalhadores

⁵ Dados da última eleição da entidade, em 2009. Por outro lado, a rede municipal de Dourados conta com aproximadamente 1329 professores e a rede estadual com 813 professores lotados em escolas de Dourados (INEP/MEC, 2010). Considerando que o número de técnicos administrativos, nacionalmente, é próximo de 10% do número de professores, pode-se projetar uma base cerca de 2.350 trabalhadores. Uma taxa de filiação aproximada de 60%.

em educação como a maioria dos estados brasileiros⁶. Assim, a representação de interesses dos trabalhadores em educação pública, no Mato Grosso do Sul, segue um modelo organizativo muito próximo ao desenho celetista, incluindo sindicatos municipais e uma federação estadual, como descreve o esquema abaixo:

Organização Sindical de Professores no Mato Grosso do Sul

**FETEMS – Federação dos Trabalhadores
em Educação do Mato Grosso do Sul
(Redes Estadual e Municipais)**



**Sindicato Municipal
(Rede Estadual)**

**Sindicato Municipal
(Rede Municipal)**

Não cabe aqui discutir este peculiar desenho de estrutura de representação de interesses, no interior do serviço público. Mas registrá-lo é importante, pois nos parece que o mesmo mantém vínculos com as relações estabelecidas pelo sindicalismo docente do Mato Grosso do Sul – incluindo Dourados – e representantes do poder local e estadual, objeto central das reflexões deste texto. Mas para tanto, se faz necessário, depois deste pequeno desvio sobre estrutura sindical, voltar os olhos para a história do SIMTED.

⁶ Para um debate sobre a relação entre estrutura sindical e cenário político, em sindicatos de professores, ver FERRAZ, 2011b.

Como já foi registrado acima, o SIMTED nasce a partir da ADP. Esta, por sua vez, foi fundada em 1978, no contexto de nascimento do novo sindicalismo, a partir das greves do ABC. Tanto Ferreira, Jr. (2003), como Biasotto & Tetila (1991), registram que a organização do movimento docente no Mato Grosso do Sul teve forte influência do “espírito” de mobilização e contestação ao regime que se espalhou pelo país, após 1978. Os autores também compreendem, assim como grande parte da literatura nacional, que este “espírito” estava vinculado, não apenas a demandas por democracia e cidadania, mas também ao fim do milagre econômico, que impôs forte arrocho salarial aos trabalhadores, a partir da metade da década de 1970.

Este cenário não era diferente no Mato Grosso do Sul e a tentativa de implementar um estado modelo não foi sinônimo de ganhos salariais para os servidores. Entre outubro de 1980 e outubro de 1981, o salário dos professores do estado recuou de 2,9 salários mínimos para 0,8 salários mínimos (BIASOTTO & TETILA, 1991). Em Dourados, este cenário construiu lideranças que, ao fundar a ADP, já trabalhavam no horizonte simbólico da ação sindical, e não apenas em uma perspectiva recreacionista ou de auxílio mútuo. Não por coincidência, estes militantes que fundaram a ADP, juntamente com militantes da ACP – Associação Campo-Grandense de Professores –, da APA – Associação de Professores de Aquidauana –, da APC – Associação de Professores de Corumbá e da APP – Associação Pontaporaense de Professores, fundaram a FEPROSUL – Federação dos Professores do Mato Grosso do Sul⁷ –, em 07 de abril de 1979 e lideraram a primeira greve de professores do estado, em 1980.

Tratava-se, portanto, de lideranças publicamente posicionadas em lado oposto ao regime ditatorial brasileiro, nacionalmente falando, assim como, diante dos três primeiros governadores do estado. Contudo, no plano municipal, as relações destas lideranças com o poder instituído não tinha o mesmo grau de conflito. Não se encontrou registros sobre as relações com o poder executivo da cidade, mas todo o trabalho de mobilização para a criação da ADP se faz em

⁷ Com o direito à sindicalização dos servidores públicos, a FEPROSUL se transformou em FETEMS – Federação dos Trabalhadores em Educação do Mato Grosso do Sul.

conjunto com o presidente da Câmara Municipal de Dourados, vereador Sultan Rasslan, ele mesmo um dos fundadores da entidade. Tampouco, estas relações precisaram ocorrer em alguma forma de clandestinidade, longe dos olhos do poder institucional, visto que a sede da Câmara de Vereadores foi palco de várias reuniões que precederam a fundação da Associação Douradense de Professores (BIASOTTO & TETILA, 1991).

Torna-se evidente que a estabilidade do jogo político municipal facilitava a movimentação dos atores políticos que buscavam organizar os professores no Mato Grosso do Sul. Como a ADP e, posteriormente, o SIMTED são entidades municipais podemos traçar a hipótese de que as relações mais estreitas com o poder municipal refletem apenas um possível caráter provinciano do movimento. Tal hipótese, contudo, se desfaz quando se observa o protagonismo das lideranças da ADP, tanto na fundação da FEPROSUL (FERREIRA JR., 2003), como na sua direção posterior, tendo presidido a FETEMS (sucessora da FEPROSUL) até 2002.

É preciso contrapor, neste instante, as características políticas da conjuntura que dominava o recém fundado estado do Mato Grosso do Sul e estes elementos e características da história do SIMTED. Como foi registrado, os primeiros anos do novo estado reuniram instabilidade jurídica, instabilidade política estadual e estabilidade política municipal. Como apontam Vicentini & Lugli (2011), os conflitos entre diferentes enquadramentos funcionais sempre foi um desafio para a unificação de lutas dos professores públicos. A luta entre interinos e efetivos, retratada pelas autoras, se repete em diversos estados da Federação. Entretanto, no caso sul-mato-grossense, este conflito é intensificado, pois, à diferença de interesses, soma-se a incerteza dos direitos garantidos para o futuro.

Como ensina Supiot (1994), o enquadramento jurídico não é apenas uma definição jurídica, mas auxilia na estruturação dos coletivos políticos. Aqui, portanto, se desenha uma das dificuldades para a organização de uma entidade de representação sindical estadual. Mais, que isso, revela a dificuldade para a elaboração de uma pauta que unifique os trabalhadores diante do poder estadual. No primeiro momento, quando todos – antigos servidores do Mato

Grosso uno e novos contratados do Mato Grosso do Sul – foram transformados em celetistas, a luta por um regime estatutário unificava o movimento. No entanto, com a transformação para estatutário, a questão de concursados e não concursados passou a ser um obstáculo a ser superado. É neste sentido, portanto, que a instabilidade funcional, no primeiro momento, pôde ser vista como forte elemento de unificação de interesses (FERREIRA, JR., 2003; BIASOTTO & TETILA, 1991), mas se torna problemática ao longo do tempo.

A instabilidade política estadual, por seu turno, abre um cenário de oportunidades, mas de resultados práticos duvidosos. O cenário de disputas entre diferentes segmentos da elite local deixou a mesma fragilizada e a posição dos atores políticos se tornou mais dependente do movimento da opinião pública, mesmo no contexto ditatorial. Assim, tanto ao longo dos seis meses do governo de Harry Amorim Costa, como durante o um ano e quatro meses de Marcelo Miranda – todos os dois alvos da artilharia do senador Pedro Pedrossian – as associações de professores – ADP e ACP à frente – conseguiram importante interlocução com o governo do estado. Diante das dificuldades no interior da elite do novo estado, os dois primeiros governadores optaram por uma relação amistosa com os professores, na tentativa de transformá-los em aliados.

Esta interlocução gerou rápido reconhecimento estadual para as lideranças dos professores. No entanto, a fragilidade dos dois governadores e a contínua troca de governo transformava os acordos acertados com um governador, em pó para o governador seguinte. Assim, não foi possível estabelecer um diálogo que apresentasse alguma perspectiva de médio ou longo prazo. O dilema do prisioneiro foi se instalando pouco a pouco, nas relações entre professores e lideranças políticas estaduais.

Some-se a este quadro incerto no plano estadual, a estabilidade política que é possível presenciar nas relações entre lideranças dos professores de Dourados e líderes políticos locais, no momento da fundação da ADP, e estamos diante de um quadro que, estruturalmente, incentiva a municipalização da representação de interesses dos professores públicos do Mato Grosso do Sul. Mas ainda resta a pergunta: quais as conseqüências sociológicas deste

padrão de representação sindical? Uma delas, sem dúvida, a pulverização da ação sindical (ALMEIDA, 1996), tema muitas vezes pontuado nos estudos sobre o sindicalismo de trabalhadores do setor privado brasileiro. Mas a questão também pode ser formulada com o sentido de repensar modelos teóricos consolidados para a interpretação das relações entre trabalhadores e Estado.

Um pouco de sociologia

Adam Przeworski (1989), ao analisar a social democracia europeia, reconstrói um momento histórico em que os trabalhadores, através de suas lideranças sindicais e partidárias, se viram diante do seguinte dilema: os trabalhadores devem participar do processo democrático burguês? E complementa a pergunta com a seguinte afirmação: se pretenderem fazer uso das oportunidades oferecidas pela democracia, a participação será imperativa. Tal formulação de Przeworski estrutura um debate, juntamente com outros autores, que lê, na história do movimento dos trabalhadores, um deslocamento do conflito do local de trabalho para o interior do Estado⁸.

É nesta mesma perspectiva que Francisco de Oliveira (1998), ao debater as idéias de modo de produção social democrata e de disputa pelo fundo público, também sustentará que é no interior do Estado que o conflito de classe se manifesta. Isto pode muitas vezes, segundo o autor, tornar o conflito quase invisível, mas não o elimina como sustentam autores mais conservadores. O conflito de classe se dá, portanto, tanto na estruturação da legislação trabalhista, como na formulação de direitos e políticas públicas que garantem melhores condições de reprodução do trabalho.

Entretanto, tais perspectivas analíticas nos ensinaram a procurar a luta de classes no plano do Estado-Nação. Mas pouco nos tem a dizer sobre o seu desenvolvimento no plano local. No caso de Przeworski, é compreensível, pois

⁸ No caso brasileiro, é possível ler a história da CUT à luz desta perspectiva. Para maiores detalhes ver FERRAZ, 2011a. O autor argumenta que nascendo contra o regime ditatorial, a CUT fixa a democracia como um valor que orienta sua ação, fazendo uma opção pela participação desde seu início, ainda que no contexto dos anos de 1980, isto tem implicado em um alto nível de conflito público.

mesmo tendo estudado o contexto latino-americano, o faz a partir da história européia, que conta com uma estrutura de representação de interesses, fundamentalmente nacional, seja através das Centrais Sindicais, seja através de Sindicatos Nacionais, como no caso de professores públicos.

Com Oliveira, contudo, a questão é diferente, pois é amplo conhecedor do poder de nossas oligarquias (OLIVEIRA, 2003a). Assim, como compreende a política como a manifestação de uma subjetivação, aos moldes de Rancière (1996). No entanto, quando interpretou a manifestação regional dos trabalhadores, especificamente no caso da Bahia (OLIVEIRA, 2003, b), fez uma leitura em negativo, pela ausência e incapacidade da construção da consciência de classe no contexto baiano. Neste sentido, não fugiu a tradição paulistana de ler a história de outras regiões do país pela sua suposta insuficiência frente à história paulista.

A questão colocada neste texto é que se torna necessário, e talvez urgente, compreender por que caminhos se passam os conflitos de classe, quando olhamos as relações entre os sindicatos de trabalhadores e o poder político local, com toda a tradição coronelista, patrimonialista, cordial e oligárquica que caracteriza os poderes municipais no Brasil. Da mesma maneira, se faz necessário perguntar que instrumentos teóricos nos podem ser útil para interpretar tal realidade.

Como foi registrada, a história do SIMTED tem relações estreitas com o movimento grevistas de finais dos anos de 1970 e início da década de 1980. Assim, sua história tem semelhanças com a APEOESP, em São Paulo, o CPERS-Sindicato, no Rio Grande do Sul, a APP-Sindicato, no Paraná, o SindUTE, em Minas Gerais e com tantos outros sindicatos de professores públicos. No entanto, as instabilidades em suas relações estaduais e as estabilidades de suas relações municipais auxiliaram na consolidação de uma estrutura de representação local.

A questão é em que termos o conflito de classes pode ser explicitado publicamente. Castel (1998) afirma, que o problema dos arranjos políticos locais não é o tamanho do município ou o limite de trabalhadores que podem ser

atendidos, mas o conjunto de atores sociais que podem ser mobilizados, pois muitos destes atores só se encontram no nível nacional e/ou global. No caso de Dourados, pode-se presenciar que a questão política central ainda é a terra e não o trabalho. Neste sentido movimentos pela reforma agrária, demarcação de terras indígenas e quilombolas ganham o centro do espaço público, tornando pouco visível o conflito de classe.

É evidente que as questões corporativas e trabalhistas estão sendo tratadas nas relações que envolvem SIMTED e prefeitura municipal de Dourados. Assim como nas relações que envolvem SIMTED (via FETEMS) e governo do estado de Mato Grosso do Sul. Mas a questão é: não é isto um retorno para o conflito de classes no local de trabalho? E como o sindicalismo de servidores públicos – incluído aí os trabalhadores de educação – podem escapar desta armadilha corporativa, ditada pelo modelo federativo brasileiro, que reserva a estados e municípios todo o poder para regulamentar a vida funcional de seus servidores.

Rancière (1996) nos ensina que o aparecer da política é um processo de subjetivação pelo qual um ator se constrói publicamente e reivindica sua parte, sendo compreendido, pelos demais atores sociais. Neste sentido, o aparecer da ADP e de suas lideranças é um ato político. Assim, o contexto em que a entidade transita a conecta simbólica e ideologicamente a atores nacionais. Isto transporta sua ação sindical, quando transformada em SIMTED, para o interior da CUT, assim como suas principais lideranças para o interior do Partido dos Trabalhadores. Nesta perspectiva participam diretamente em um conflito de classe ao redor do fundo público.

No entanto, estando no interior de um modelo federativo permeado pelos conflitos entre União, estados e municípios, a passagem entre sindicato e partido, no nível local, já não consolida tão diretamente um interesse simplesmente de classe. A necessidade de se posicionar dentro das dificuldades do pacto federativo nacional impõe um conjunto de alianças locais que nem sempre são coincidentes com a origem, no mínimo, trabalhista do sindicato.

Olhar, portanto, para a história do SIMTED é observar as contradições da política brasileira e os desafios de seu pacto federativo. Sua proximidade ao poder local, assim como suas alianças com o mesmo, não são o retrato de uma rendição ou submissão. Ao contrário são caminhos concretos que trabalhadores de carne e osso utilizaram para perseguir seus interesses. Esta não é uma questão menor, que deva preocupar apenas pesquisadores regionais. Esta questão nos obriga a repensar nossos modelos teóricos e nossas certezas sobre os desdobramentos do movimento dos trabalhadores. Em um período de globalizações e de reconsiderações sobre as possibilidades de um novo internacionalismo operário (SANTOS, 2005), olhar o local e suas disputas políticas pode nos obrigar a exercitar nossa imaginação sociológica.

Bibliografia:

ALMEIDA, M. H. T. *Crise econômica e interesses organizados: o sindicalismo no Brasil dos anos 80*. São Paulo: Edusp, 1996.

BIASOTTO, W. V.; TETILA, J. L. C. *O movimento reivindicatório do Magistério Público Estadual de Mato Grosso do Sul – 1978-1988*. Campo Grande: UFMS, 1991. BRASIL.

CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.

FERRAZ, M. *Disritmia: sindicalismo e economia solidária no interior da CUT*. Dourados: UFGD, 2011a.

FERRAZ, M. *Sindicalismo docente e conjuntura política: um estudo comparativo entre o Mato Grosso do Sul e o Paraná*. In: *III Seminário Internacional da Rede de Pesquisadores sobre Associativismo e Sindicalismo dos Trabalhadores em Educação (Rede ASTE)*, 2011, Rio de Janeiro: UERJ, 2011b. Disponível em: <http://nupet.iesp.uerj.br/rede/seminario2011.htm>

FERREIRA, JR, A. *Professores e Sindicalismo em Mato Grosso do Sul: 1979-1986*. Campo Grande: UFMS, 2003.

OLIVEIRA, F. *Os direitos do antivalor*. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. Adeus as oligarquias? In: *Revista Teoria e Debate* [on line] São Paulo: Fundação Perseu Abramo, nº 52 – janeiro/fevereiro de 2003a. Disponível em: <http://www2.fpa.org.br>

_____. *O elo perdido: classe e identidade de classe na Bahia*. São Paulo: Perseu Abramo, 2003b.

PRZEWORSKI, A. *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

RANCIÈRE, J. *O desentendimento: política e filosofia*. São Paulo: Ed. 34, 1996.

RODRIGUES, I. J.; RAMALHO, J. R. *Trabalho e Sindicatos em Antigos e Novos Territórios*. São Paulo: Annablume, 2007.

SANTOS, B. S. *Trabalhar o mundo: os caminhos do novo internacionalismo operário*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SUPIOT, A. *Critique du droit du travail*. Paris: PUF, 1994.

THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa: vol. I, a árvore da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VICENTINI, P. P.; LUGLI, R. S. G. O Magistério Secundário e o Associativismo Docente no Brasil entre os Anos 1940 e 1960: a trajetória da APESNOESP (Associação dos Professores do Ensino Secundário e Normal Oficial do Estado de São Paulo) In: *III Seminário Internacional da Rede de Pesquisadores sobre Associativismo e Sindicalismo dos Trabalhadores em Educação (Rede ASTE)*, 2011, Rio de Janeiro: UERJ, 2011b. Disponível em: <http://nupet.iesp.uerj.br/rede/seminario2011.htm>